

Elites e mediação política no Estado imperial brasileiro (segunda metade do séc. XIX)

Amanda Both*

amaboth@hotmail.com

Resumo

O artigo busca analisar as conexões entre elites locais, provinciais e imperais e o papel delas no processo de construção e manutenção do Estado imperial. Para tanto, enfocamos a atuação de Henrique d'Ávila como mediador político entre essas diferentes esferas de poder. Dessa forma, intentamos demonstrar que, através das redes de relacionamento, nas quais os mediadores eram peças-chave, as elites locais tiveram seus interesses representados junto ao governo. Essa constatação aponta para o papel ativo das elites locais no processo de construção e manutenção do Estado Imperial.

Palavras-chave

Elites locais; mediadores políticos; Estado imperial

Elites and political mediation in Brazilian Imperial State (second half of 19th century)

Abstract

In this work we seek to analyze the connections between local, provincial and imperial elites and their respective roles on the construction and maintenance processes of the Imperial State. In order to achieve these goals, we focused on Henrique d'Ávila role' as political mediator between these power spheres. Our results indicate that local elites had their political interests represented in the government through personal connection networks in which mediators were key actors. Such association indicates the active role of local elites on the construction and maintenance processes of the Imperial State.

Keywords

Local elites; political brokers; Imperial State

Muito do que foi produzido na historiografia a respeito da história do período monárquico formulou narrativas acerca da construção do Estado e de suas instituições tendo como lócus de análise por excelência o Rio de Janeiro. Disso resultou uma perspectiva de que a história do Império é história do que se passava na Corte. Todavia, como alertou Maria Fernanda Martins, “o Império não é o Rio de Janeiro e não se explica por ele” (2012, p.59). Num Estado de proporções continentais como o Brasil é essencial voltarmos para as províncias e localidades para avançarmos nas explicações sobre como o Estado imperial foi conformado e sustentado, entendendo que as províncias não se resumiam a extensões imperfeitas do Centro, mas eram habitadas por pessoas e grupos portadores de tradições e interesses próprios.

Nesse sentido, nas últimas décadas, parte dos estudos em história política tem realizado uma análise social dos fenômenos e tem avançado significativamente no que diz respeito às explicações das dinâmicas social e política do império (GRAHAM, 1997; DOLHNIKOFF, 2005; MARTINS, 2007; VARGAS, 2010). Esse avanço se deve, em parte, pela ampliação do leque de variáveis consideradas relevantes para a elucidação do comportamento dos indivíduos e do funcionamento das instituições, como a influência das relações de parentesco, o pertencimento a uma determinada rede de relacionamentos, os mecanismos não formais de participação na política, que, analisados de forma conjunta com as estruturas políticas e econômicas, descortinaram o papel central que as relações seladas entre os membros da elite política imperial e as elites regionais e locais tiveram na sustentação do Estado imperial, uma vez que através dessa complexa trama de relações o Estado im-

perial estendia seu poder até as localidades mais distantes. Para além da variedade de abordagens e enfoques, o que tais pesquisas corroboram é que, diante da vastidão e complexidade da sociedade imperial, o governo precisou lançar mão de várias estratégias e negociar com os diferentes protagonistas da sociedade e da política regional.

Diante disso, o objetivo desse artigo é analisar as formas de interlocução e interação entre as elites locais e o Estado imperial, com especial ênfase na esfera provincial de poder, enfocando as relações estabelecidas por alguns indivíduos, que atuavam como mediadores, com o objetivo de investigar os elementos que pautavam essas relações e através de quais mecanismos eram efetivadas. Para lançar luz sobre essas questões, nos debruçar-nos-emos sobre a atuação como mediador de Henrique d’Ávila, membro da elite política rio-grandense, com especial atenção ao período em que ele foi presidente da província do Rio Grande do Sul, no interregno entre abril de 1880 e março de 1881.¹

O mediador – também intitulado *broker* – é um indivíduo ou grupo que, por possuir características únicas, consegue ultrapassar as fronteiras da comunidade onde vive, conectando a localidade ao mundo exterior. Os mediadores podem surgir em diferentes contextos históricos, mas sempre detêm habilidades muito valorizadas, porém raras na comunidade de onde são oriundos. José María Imízcoz, ao estudar as estratégias da elite navarra para aproximar-se do centro de poder da monarquia, pontuou como a ocupação de cargos na alta administração por um indivíduo beneficiava toda a sua família e, em alguma medida, aqueles com os quais se relacionavam. Dentre as particularidades do mediador em relação à comunidade naquele contexto, Imízcoz

¹Esse artigo analisa parte das conclusões de nossa dissertação intitulada “A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)”.

ressaltou a instrução, os conhecimentos técnicos de uma carreira militar e a prática na burocracia, que colocavam alguém “en una posición privilegiada para prestar servicios” (IMÍCOZ, 2001, p. 251).

Do mesmo modo, as análises de Giovanni Levi (2000) acerca dos comportamentos dos habitantes de uma pequena comunidade europeia frente às tentativas de estruturação do Estado moderno também demonstraram a relevância da atuação dos mediadores. Levi percebeu que esse complexo e conflituoso processo abria caminho para atuação de pessoas com personalidades empreendedoras, que mediavam disputas e tensões, e tinham nessa habilidade a fonte de seu prestígio junto à comunidade. Além disso, assinalou que, embora pertencesse a grupos locais de importância, o mediador possuía algumas características únicas que possibilitavam a ele ultrapassar as barreiras da localidade.

Examinando o cenário da América hispânica após o rompimento com a metrópole, José Mateo identificou um componente de continuidade na organização dos Estados nacionais recém-formados. Para o autor, essas permanências foram consequência dos vínculos existentes, ainda no período anterior às independências, entre a alta burocracia e as elites tradicionais da América. Visando a explicar esse fenômeno, Mateo recorreu às “relaciones entre patrones, *brokers* y clientes”, nas quais o *broker*:

[...] se diferencia del patrón fundamentalmente por el tipo de recurso que moviliza. El patrón moviliza recursos de primer orden: tierras, trabajo, capitales, conocimientos, protección, mientras el broker moviliza recursos de segundo orden que no son otra cosa que los contactos estratégicos con personas

que controlan recursos de primer orden o tienen contactos con ellas. (MATEO, 2001, p. 44).²

À vista da multiplicidade de elementos apresentados pelos autores supracitados, adotamos como ponto de partida o aspecto que consideramos essencial: o mediador é o sujeito que conecta a comunidade ao mundo exterior, ou seja, ele é considerado mediador a partir do momento que age como tal. Suas demais particularidades e os aspectos que permeiam sua mediação variam de acordo com a realidade histórica estudada. Sydel Silverman (1977), por exemplo, salientou que o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, no qual aquele está necessariamente inserido neste. Contudo, ao acompanharmos alguns fragmentos da trajetória de Henrique d’Ávila, constatamos que ele atuou como mediador em diferentes momentos, mas nem sempre estava no centro em relação ao qual operava a mediação. Desse modo, ainda que nem todos os aspectos relativos aos mediadores enunciados pelos autores sejam compatíveis para os casos que examinaremos, ponderamos que o uso do conceito seja adequado para explicação. Ademais, a constatação da existência de mediadores com características diferentes corrobora a importância de estudos empíricos que abordem variadas conformações sociais e econômicas.

Nesse sentido, o enunciado de Patrícia Genovez (2003) parece ser especialmente explicativo. Destacando a influência de aspectos geográficos, a autora apontou que, em territórios muito extensos, pode existir mais de um centro e uma periferia. Decorre disso a possibilidade de existirem diferentes tipos de mediadores que atuam em relação a diferentes centros. Vargas tam-

² “[...]Se diferencia do patrão fundamentalmente pelo tipo de recurso que mobiliza. O patrão mobiliza recursos de primeira ordem: terras, trabalho, capitais, conhecimento e proteção, enquanto o mediador mobiliza recursos de segunda ordem que não são outra coisa que os contatos estratégicos com pessoas que controlam recursos de primeira ordem ou com quem tem contato com elas”. Tradução nossa.

bém pontuou esses aspectos e afirmou que os pré-requisitos para se tornar um mediador entre a paróquia e a província eram menos exigentes que aqueles para atuar conectando a província à Corte (VARGAS, 2010, p. 35).

Em acordo com tais perspectivas, vamos agora nos debruçar sobre a atuação de Henrique d'Ávila como mediador político. Henrique d'Ávila nasceu em São João Batista do Herval, distrito de Jaguarão³, em 1833. Era um dos oito filhos de Francisco Antônio d'Ávila e Dona Anna das Chagas d'Ávila, uma família bastante afortunada e conhecida na região, que tinha sua riqueza assentada sobretudo na produção pecuária. A família d'Ávila passou por tempos difíceis quando o patriarca morreu, em meio à Guerra dos Farrapos, lutando ao lado dos revoltosos. Dona Anna assumiu o comando da família e, em 1842, encaminhou dois de seus filhos para Corte, onde realizarem seus estudos preparatórios no Colégio Dom Pedro II, a instituição nesta categoria mais disputada, uma vez que reunia os filhos das elites brasileiras (VARGAS, 2010, p.51). Posteriormente, Francisco d'Ávila formou-se em Medicina no Rio de Janeiro e Henrique cursou a faculdade de Direito de São Paulo. Antes disso, o irmão mais velho José Maria havia cursado a faculdade de Letras.

Com o diploma em mãos, Ávila retornou para Jaguarão em 1856 e casou-se com Faustina Neto, filha de Rafael Souza Neto e Bárbara Leonor Gonçalves da Silva. Seu sogro era um rico estancieiro e foi vereador na Câmara Municipal de Jaguarão por diversas vezes até o início da década de 1870 (MEDEIROS, 1980, p.

358). Logo no início da década de 1860, o jovem bacharel iniciou sua atuação política⁴ e despontou como um dos principais líderes do partido liberal de Jaguarão, sendo considerado o mais apto para arguir em favor das demandas daquela parcela da elite local junto às instâncias formais de poder, embora o partido contasse com outras lideranças bastante tradicionais na localidade.⁵

Isto nos remete aos elementos que diferenciavam os mediadores dos demais membros da elite da paróquia. Se assim como os demais Ávila pertencia a uma família abastada e era bem relacionado com a elite local, o diferenciava a formação no ensino superior que agregava prestígio e pressupunha o domínio de um conhecimento especializado das leis. Desse modo, Ávila foi capaz de ultrapassar os limites da localidade, tornando-se um político de influência na província, o que se traduziu em sucessivas eleições para deputado provincial e consequente nomeação para presidência da província do Rio Grande do Sul. É nesse cenário que se situam os casos de mediação articulados por Henrique d'Ávila que analisaremos adiante.

Ainda que os mediadores lançassem mão de diferentes mecanismos para executar a mediação, uma das práticas mais recorrentes era acionar as relações clientelísticas nas quais estavam envolvidos para atingirem seus objetivos, uma vez que um dos mais importantes aspectos do papel do patrão é conectar o cliente com o universo além da comunidade (SILVERMAN, 1977, p. 178). Por ser um indivíduo único e que possuía as condições para acessar informações e recursos que não estavam ao alcance dos demais, o mediador era

³Jaguarão é um município localizado na porção sudoeste do estado do Rio Grande do Sul e faz fronteira com a cidade de Rio Branco, no Uruguai. Foi instalado às margens do Rio Jaguarão, na região pertencente à bacia hidrográfica do Rio da Prata, e possuía uma economia voltada principalmente para a pecuária, e, em menor escala, para o comércio.

⁴Foi suplente de Juiz Municipal e deputado na Assembleia Provincial. Durante a Guerra do Paraguai, em 1865, foi nomeado Comandante da Fronteira de Jaguarão. Em 1871 foi eleito vereador pela primeira vez em Jaguarão, cargo para o qual foi reeleito e permaneceu até 1880.

⁵Em 1860, por exemplo, Henrique d'Ávila deixou Jaguarão em direção à capital da província, Porto Alegre, para encontrar-se com o presidente e pedir a anulação do resultado eleitoral, o qual tinha sido prejudicial aos liberais jaguarenses, evidenciando que era o indicado por seus aliados para resolver questões que demandavam interação com autoridades do Estado (BOTH, 2017, p. 98).

protagonista de uma série de relações clientelísticas, e seu sucesso dependia dos recursos de que dispunha para negociar tanto com seu patrão (ou patrões), quanto com seus clientes.

A importância das relações clientelísticas para a explicação da sociedade e do sistema político imperial foi objeto de estudo de muitos autores. José Murilo de Carvalho (1998), em artigo no qual discutia as definições do conceito, afirmou que o clientelismo “é um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”, atrelando, necessariamente, a prática do clientelismo ao Estado. Para Carvalho, no entanto, o clientelismo não foi um elemento central para a sociedade imperial, posto que, segundo o autor, a formação do Estado nacional se deu pela ação de uma elite treinada para as funções do Estado, dotada de homogeneidade ideológica, proporcionada pela experiência compartilhada no ensino superior em Coimbra, que foi capaz de suprimir os poderes provinciais e locais (CARVALHO, 2011).

Nesse mesmo sentido, Ivan Vellasco (2009) argumenta que o clientelismo constituía-se em uma prática que ia de encontro à estruturação do Estado. Para o autor “a partir da primeira década do Oitocentos, iniciado o processo de independência, a intensificação dos poderes do Estado” gerou uma reorientação da mentalidade da sociedade, que antes baseava suas relações na expectativa de reciprocidade, para a esfera da “dominação e submissão”. Desse modo, “as redes de clientela e parentela apresentavam uma lógica ‘tradicional’ que era ameaçada e concorrente com os

poderes do Estado em construção” (VELLASCO, 2009, p. 90).

Em contrapartida, Richard Graham (1997) ampliou a possibilidade de uso do conceito para a explicação da realidade social e política, argumentando que o clientelismo podia envolver tanto a concessão de cargos e a lealdade política, quanto a troca de favores e a proteção de pessoas mais humildes e ajuda mútua em momentos de necessidade. Dessa forma, o autor aproximou Estado e sociedade ao dar relevância às articulações existentes entre todos os níveis da política e da administração e desses com os potentados locais. Articulações estas forjadas por laços clientelísticos que conectavam o governo central e chefes locais e que coexistiam numa relação recíproca. Graham aponta o clientelismo como a finalidade da ação política e, nesse aspecto, discordamos do autor. O clientelismo era um dos meios da ação política, não seu fim.⁶

Assim, o arranjo que possibilitou e sustentou o Estado imperial foi uma complexa trama de relações que permitiu às elites de todo o país participarem do mesmo sistema político com dois objetivos comuns: a reprodução das elites no poder e a manutenção da ordem. Nesse processo, o clientelismo servia como um mecanismo eficaz na tarefa de articular as elites do país, e os mediadores foram os responsáveis por tornar inteligível esse sistema e por acomodar os interesses, muitas vezes conflitantes, das elites locais, provinciais e do governo central.

É importante ressaltar que, embora os casos de mediação que serão adiante analisados estejam, em sua maioria, ligados ao universo político, sobretudo da política institucional, mediadores poderiam agir em relação a diferentes esferas da vida social. Isso reflete uma ten-

⁶Alguns historiadores já apontaram esse aspecto, como Patrícia Genovez (2005) e Maria Fernanda Martins (2007).

dência de mudança das características daqueles que desempenhavam a função da mediação ao longo do Oitocentos, como resultado da complexificação da sociedade e do Estado. Martins (2007) observou que as redes de relacionamento criadas a partir de práticas clientelares, que foram basilares do processo de centralização, sofreram uma mudança que podia ser percebida já em meados do século XIX, uma vez que essas redes

[...] já não se estenderiam de forma tão evidente por diferentes regiões do país, concentrando-se progressivamente em uma estrutura mais direta de representação provincial que culminaria e se concretizaria nas políticas clientelísticas típicas das primeiras décadas da República, com a consolidação de oligarquias estreitamente ligadas à política estadual (MARTINS, 2007, p. 170).

Ao mesmo tempo em que a malha administrativa e política do Estado ampliava-se reforçando a centralização, esse processo acarretava a parcelarização do poder através dos níveis administrativos e políticos, de modo que as redes clientelares tendiam a aglutinarem-se em torno dos membros dessas instituições e não paralelamente a elas.⁷

Apesar disso, continuaram existindo indivíduos e famílias com poder suficiente para se fazerem ouvir pelo mais alto nível da elite política, comunicando-se diretamente com o governo central, mas, de maneira geral, mesmo os chefões locais investiam no estabelecimento de alianças vantajosas com indivíduos que atuavam diretamente nas redes governativas. Assim, as redes que conectavam as elites de todo o império, interli-

gadas por indivíduos-chave, os mediadores, passaram a operar cada vez mais no interior da estrutura do Estado.

A porta de entrada para a política provincial

Ingressar nas estruturas formais de poder era um passo significativo para os mediadores. Os cargos eram um instrumento importante para o fortalecimento e ampliação de clientelas, uma vez que, quanto mais benesses um patrão fosse capaz de dispensar, maior seria sua clientela e mais efetiva sua mediação. Nesse sentido, a década de 1860 marcou o início de uma nova fase na carreira de Henrique d'Ávila, que passou a circular na esfera política regional como deputado provincial.

Uma vez eleito, era preciso corresponder às expectativas daqueles que o haviam ajudado, pois eram muitos os atores envolvidos nas estratégias eleitorais, que investiam seu tempo, dinheiro e prestígio para eleger um candidato. Um dos pedidos mais frequentes relacionava-se à busca por informações, principalmente por parte daqueles que se encontravam afastados da localidade ou da província, mas ainda nutriam o interesse em saber do cotidiano local. Diante disso, era corriqueiro que as missivas já iniciassem dando conta da situação na localidade ou na província, como nesta carta enviada por Ávila a Osório em agosto de 1879, poucos meses antes da morte do General⁸:

Exmo. Sr. Marquês. Satisfazendo ao desejo de V. Ex. dar-lhe-ei notícia da atitude que guarda esta nossa Província em presença dos importantes acontecimentos políticos que tem se dado nessa Corte (Carta de Henrique d'Ávila a Manuel

⁷Analisando as missivas a fim de perceber os padrões da prática clientelista, Richard Graham também apontou para o importante papel que a disposição dos poderes exercia, uma vez que “as ligações pessoais entre o pretendente de um cargo e o missivista, e entre este e o destinatário, eram cruciais, infundindo um sabor regionalista ao sistema, apesar da rede disseminada de correspondência por todo país” (GRAHAM, 1997, p. 271).

⁸Manuel Luis Osório era militar e um dos principais líderes do Partido Liberal rio-grandense. Foi ministro da Guerra em 1878-79. Em 1857, Osório foi comandante militar da fronteira em Jaguarão, possivelmente foi nesse período que conheceu Henrique d'Ávila, de quem se tornou padrinho político e também compadre. Os compadres trocavam correspondências com frequência, sendo boa parte delas para organizar as chapas eleitorais para as eleições municipais e provinciais. Em Jaguarão, Ávila era o responsável por indicar quais liberais deveriam integrar as chapas. Para uma análise mais detalhada da participação dos mediadores no processo eleitoral ver BOTH, 2017 e VARGAS, 2010.

Luís Osório. 06.08.1879. OSÓRIO, 1915, p.776).

Manter o fluxo de informação era uma necessidade daquele mundo permeado por incertezas. Obter informações permitia aos indivíduos elaborar estratégias e agir com maior segurança. Dessa forma, prestar contas da situação da província ao general Osório não apenas reiterava o laço existente entre eles, mas também tornava Ávila um amigo valioso, com quem se podia contar, pois, “mais do que a dívida propriamente dita, era o valor moral das relações mantidas pelos mais variados interesses entre as partes que constituíam os laços” (CEBALLOS, 2010, p. 14). Aqueles que não escreviam com regularidade sofriam os efeitos de sua negligência posteriormente, como ocorreu com Félix da Cunha, proeminente integrante do Partido Liberal. Vargas relata que “muitos estancieiros queixaram-se a Osório que o jovem deputado Félix da Cunha não lhes respondia as cartas e pedidos” e depois disso ele “nunca mais foi eleito à Câmara dos Deputados” (VARGAS, 2010, p. 151).

Entretanto, não eram apenas informações que os aliados esperavam dos deputados que haviam ajudado a eleger, mas também que agissem no sentido de defender seus interesses na Assembleia Provincial. Assim que ocorreu uma grande polêmica em 1874 em torno da obra de desobstrução do sangradouro do rio Jaguarão. Nesse ano, Henrique d'Ávila retornava à capital da província para ocupar seu posto de deputado provincial. Sua volta foi cercada de rumores de que era seu interesse “semear a discórdia no seio do partido”, isso porque

apesar de afastado oficialmente da política provincial⁹, publicou uma série de artigos no periódico *Atalaia do Sul*, impresso e distribuído em Jaguarão, que apoiava as ações do então presidente da Província, João Pedro Carvalho de Moraes¹⁰, que sofria oposição da maioria dos liberais da província, liderados por Gaspar Silveira Martins.

Nesse mesmo ano, estava em pauta na Assembleia a votação para duas obras de desobstrução de passagens em diferentes rios. Segundo artigo publicado por Ávila no *Atalaia do Sul*, na impossibilidade de executar ambas, o presidente da província “julgo mais urgente a desobstrução do sangradouro [...] a ele (presidente) deve principalmente o segundo distrito, e com particularidade esse município (Jaguarão) e a fronteira” (PICCOLO, 1998, Discurso proferido por Silveira Martins na Assembleia Provincial. Sessão de 21.04.1874). Diante dessa ação do presidente, Ávila declarou seu apoio não apenas através de artigos, mas também na própria Assembleia. Ademais, Ávila conhecia o presidente de tempos anteriores, como deixou expresso ao afirmar que não faltaria “ocasião de censurar a administração, quando eu entenda que ella tenha procedido mal; [...] O Ex. Sr. Dr. Carvalho de Moraes e meu conhecido e amigo da academia; é um homem de sentimentos nobres” (PICCOLO, 1998 Discurso proferido por Henrique d'Ávila na Assembleia Provincial. Sessão de 21.04.1874).

Contudo, a obra encontrou dificuldades em prosseguir, pois a Comissão de Orçamento da Assembleia declarou que o contrato era nulo e, por isso, não destinou recursos para o pagamento dos juros do con-

⁹Em Jaguarão Henrique d'Ávila foi vereador de 1871 a 1876.

¹⁰João Pedro Carvalho de Moraes nasceu no Rio de Janeiro, a 28 de maio de 1831. Serviu como oficial da secretaria de estrangeiros, foi ao Rio da Prata em 1854 como secretário da missão especial do Visconde do Rio Branco e em 1871 também como secretário de missão do Barão de Cotegipe para conclusão do tratado de paz entre Brasil e Paraguai. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul de 1872 a 1875. BLAE. Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Quarto volume, Rio de Janeiro, 1898. Disponível em: <<https://archive.org/stream/diccionariobibl01unkngoog#page/n26/mode/2up>>. Acessado em 19 jan. 2015.

trato. Arguindo na Assembleia contra essa declaração e esperando conseguir uma modificação no projeto do orçamento, Ávila tentou demonstrar o quanto Jaguarão recebia poucos recursos, ao passo que outras localidades da província eram beneficiadas, como Rio Grande e Pelotas, as quais, segundo o deputado, haviam aumentado os custos com iluminação pública, além do fato de as casas de caridade desses municípios “terem recebido auxílio, e no projeto não estão declarados os encargos com que compensarão essas subvenções” (PICCOLO, 1998 Discurso proferido por Henrique d’Ávila na Assembleia Provincial. Sessão de 21.04.1874).

Apesar do projeto aprovado, a obra arrastou-se pelos anos seguintes, sem dar os resultados esperados à população de Jaguarão, que esperava melhorar a navegação pelo rio, facilitando assim o transporte de mercadorias. Em consequência disso, em 1880, quando Henrique d’Ávila assumiu a presidência da província, ele ainda buscava meios de concluir a desobstrução. Ao amigo e Ministro da Guerra Visconde de Pelotas, Ávila afirmou que

Esse trabalho tem sido feito com desanimadora lentidão, causando essa demora grande aflição aos habitantes do sul da província e principalmente aos de Jaguarão [...] Para abreviar esse grande inconveniente indico dois alvitres: ou o governo autoriza-me a mandar inspecionar por algum engenheiro da repartição de obras públicas da província a referida obra sem dispêndio para os cofres gerais, ou então nomeia para essa inspeção o Engenheiro Doutor Artur Maciel, que gratuitamente presta-se a fazer essa fiscalização, dando-se-lhe condução de Pelotas ao Saugradouro [...] e eu rogo a V. Ex.^a se digne de conseguir do senhor Ministro da Agricultura ordens nesse sentido (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 13.10.1880).

Duas questões sobressaem desse caso. Em primeiro lugar, apesar de todas as manobras operadas por

Ávila no sentido de conseguir a aprovação do projeto, suas ações foram ineficientes porque ele perdeu o apoio dos correligionários na Assembleia Provincial. Portanto, sua mediação não atendeu ao objetivo de angariar benefícios para seus aliados da localidade porque, naquele momento, enquanto deputado provincial, seus meios de ação eram limitados. Como presidente da província ele também não conseguiu chamar atenção para essa demanda de forma satisfatória. Apenas em 1883, quando ele próprio chega ao executivo nacional, após ser nomeado Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ávila conseguiu que essa questão fosse resolvida.

Em segundo lugar, ao longo dos anos Henrique d’Ávila passou por diferentes cargos e instâncias políticas. Foi deputado provincial, presidente de província, senador (entre 1882-1889) e ministro. Quando foi nomeado ministro, Ávila já havia sido eleito senador, um cargo vitalício e, portanto, não tinha nenhum interesse eleitoral em manter seus amigos e aliados de Jaguarão satisfeitos. Seu lugar na elite política imperial já estava assegurado. Contudo, evidencia-se que, fosse ele parte da elite política provincial e até nacional, seus interesses mantiveram-se vinculados aos da elite da sua localidade de origem, tanto porque estava a ela ligado por uma série de laços clientelísticos, de amizade e familiares, como porque lá encontrava-se a principal fonte do seu poder econômico que sustentava suas ambições políticas. Diante disso, é possível discordar das assertivas de Dolhnikoff (2005), quando alega que “a elite provincial que dessa forma se forjava distanciava-se das localidades, uma vez que não estava direta e exclusivamente atrelada aos interesses locais”.

Quanto mais poder, maiores as demandas: a nomeação para presidência da província do Rio Grande do Sul

À medida que um mediador subia na estrutura formal de poder, gerava um proporcional aumento das expectativas em relação àquilo que poderia realizar. Em 1880, Henrique d'Ávila foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, possivelmente em consequência da indicação do amigo Visconde de Pelotas, como enunciado em uma carta na qual comenta sobre os sacrifícios que são necessários para desempenhar sua função no “posto em que me colocou na administração de nossa província” (IHGRS, Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. 03.11.1880). A essa altura, Ávila já havia ocupado vários outros postos, como o de vereador em Jaguarão, deputado provincial, além de ter sido eleito para a mesa diretorial da Assembleia Provincial com grande número de votos.

Apesar disso, sua administração não desfrutava de apoio unânime, sendo constantemente atacada por Fernando Osório – também integrante do Partido Liberal e filho do General Osório –, que o acusava de má administração e de negar a influência do Marquês do Herval no Partido Liberal da província. Tentando defender-se da oposição de Fernando Osório perante o amigo que lhe havia colocado no cargo de presidente, Ávila escrevia a Correia da Câmara afirmando que

Todo o partido liberal apoia minha administração e todos os chefes tem declarado por palavras e atos. O próprio Barão de Ibyrapuita, que tanto falou o senhor Fernando Osório, está ligado ao chefe liberal de Santana, o senhor Davi José Martins, de combinação com ele me faz seus pedidos e propostas. Em parte alguma da província tem um cantinho em que seja sustentada a atitude que assumiu na Câmara. Não representa o partido Liberal (IHGRS, Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. 03.11.1880).

Com a finalidade de demonstrar o suporte que tinha sua administração Ávila recorre aos chefes do

partido liberal espalhados pela província. O Barão de Ibyrapuitan era um estancieiro e Comandante da Guarda Nacional em Livramento, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Contar com o apoio dos chefes locais significava ter condições para governar a província, afinal “para garantir a vitória nas eleições e governar o Estado, os políticos da Corte deviam manter estreitas relações com famílias da elite regional e local”, uma vez que “ricos fazendeiros moradores nas mais longínquas paróquias podiam exercer forte influência sobre os parlamentares, barganhando com o seu apoio político nas eleições” (FARINATTI; VARGAS, 2014, p.p. 255-256).

Ao tornar-se presidente da província, Ávila passava a integrar um nível mais elevado de poder e, portanto, possuía a capacidade de exercê-lo de forma mais efetiva. Além disso, convertia-se, ao menos formalmente, no principal canal entre o governo central e a província. Segundo Graham,

[...] a autoridade podia ser subdividida, algumas pessoas controlavam apenas seus canais de passagem, na medida em que ia passando, como por uma série de cascatas do primeiro doador – o Imperador – ao último a receber – o ocupante do cargo. Considerava-se que o poder de controlar a distribuição de favores ficava atrás em importância somente do de poder doa-los. Ser capaz de distribuir colocações fazia de alguém automaticamente um protetor, e facilitava enormemente o trabalho de formar um grupo de seguidores (GRAHAM, 1997, p. 273).

Essa nova situação resultou na ampliação do número de assuntos que Ávila passou a manejar. Apesar disso, a preocupação em atender aos amigos de Jaguarão e conservar o município seguro mantiveram-se presentes. Nessa perspectiva, é interessante notarmos que nas vinte e oito correspondências que Henrique d'Ávila enviou ao Visconde de Pelotas em 1880, Jagua-

rão é o município que mais é mencionado, seja através da citação direta ou de pessoas que lá residiam.¹¹

Durante os onze meses em que ocupou a presidência, o jaguarense trocou correspondências constantemente com o Visconde de Pelotas, que na ocasião era Ministro da Guerra. Os assuntos da alçada do Ministério da Guerra estavam presentes em muitas missivas e comumente envolviam pedidos de promoções ou transferências para membros do exército. Apesar da aparente trivialidade dos pedidos, é interessante analisar as justificativas que os acompanhavam, pois “os motivos alegados para colocar um candidato em um cargo refletem a maneira pela qual os contemporâneos julgavam e classificavam uns aos outros” (GRAHAM, 1997, p. 337). Ao pedir a transferência do Cadete 2º Sargento do 13º batalhão de infantaria Valeriano Francisco de Campos, o presidente da província explica que Valeriano “empenhou-se” com ele para ser transferido para Alagoas, onde reside seu pai que se encontra muito doente e que o Cadete disse “que qualquer deputado de Alagoas pode informar sobre o pai e ele” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. Porto Alegre. 03.11.1880).

Em outra ocasião, Henrique d’Ávila rogava ao amigo Visconde de Pelotas que transferisse para a província do Rio Grande do Sul o 1º Tenente de Artilharia Eucilio Belmondy, para o Estado Maior de 2º Classe “sem perda de antiguidade” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 21.09.1880), e continua “é de Jaguarão e filho de um nosso amigo muito distinto, e se ele puder vir para esta província sem prejuízo do serviço público, fará V. Ex.^a um importante serviço a esse nosso amigo”. Esses pedidos encaminhava-

dos ao Visconde de Pelotas por Henrique d’Ávila comportam diferentes racionalidades. De maneira geral, para Pelotas atender a tais solicitações era a garantia da continuidade da aliança e do apoio político de Henrique d’Ávila. Para Ávila, era a possibilidade de aumentar sua clientela e influência na província. Para os dois indivíduos que se colocavam como patrões em algum momento, os recursos dispendidos para atender aos pedidos de seus clientes, se tomados isoladamente, tinham um valor pouco significativo. No entanto, isso não implica afirmar que o patrão pudesse prescindir de seus clientes, pois, em grande medida, a manutenção de seu poder, influência e status dependiam da lealdade destes.

Ainda que lhes custasse tempo, era do interesse dos mediadores demonstrar aos seus aliados que eles eram capazes de lhes prover benefícios. Por isso, Ávila esclarecia ao Visconde de Pelotas as suas razões para interceder por um marechal do exército, afirmando que “O Marechal Mesquita tem me auxiliado na administração com muita lealdade e boa vontade, e eu tenho por isso interesse em vê-lo contente no seu comando, razão pela qual rogo a V. Ex. se digne de atender ao seu pedido anterior naquela carta” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 11.09.1880).

Em algumas missivas, está manifesto o agradecimento de Ávila por ter tido seus pedidos atendidos: “Agradeço a promoção do Cadete Batista Pereira, com o reconhecimento de um pai que se dirige ao benfeitor ou protetor de seu filho” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 11.09.1880), mas é difícil precisar o número de mediações que obtiveram êxito. No entanto, se um patrão sistematicamente não atendesse aos pedidos de seus clientes, eles podiam buscar

¹¹Foram citados nove municípios e o Estado Oriental do Uruguai: Jaguarão (9), Bagé (1), Dom Pedrito (1), Cachoeira (1), São Gabriel (2), Pelotas (3), Taquari (1), São Borja (1), São Jerônimo (1) Estado Oriental (4).

estabelecer um vínculo com outro patrão que lhes fosse mais vantajoso. Por conseguinte, os clientes não eram atores passivos nessa relação, mas podiam usar estrategicamente o recurso que tinham a oferecer, ou seja, sua lealdade.

É possível que Ávila cultivasse outros contatos com o mundo da Corte que desconhecemos, mas, ao que tudo indica, seu principal círculo de sociabilidade até o início da década de 1880 estava restrito aos seus companheiros de província. Corrobora essa possibilidade o fato de que os rio-grandenses apenas ingressaram nos quadros da elite política nacional no início da década de 1880, em consequência de uma modificação ocorrida no equilíbrio de poder entre as províncias, bem como em decorrência do papel decisivo que os rio-grandenses tiveram na vitória do Império na Guerra do Paraguai.¹²

Assim, o acesso de Ávila ao mundo da Corte se dava, neste período, essencialmente através do seu laço com o Visconde de Pelotas, como afirmou “desconhecido fora dessa província, só tenho apoio em que me honra o Governo, a pessoa de V. Ex.” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 11.09.1880). Desse modo, o sucesso das mediações de Ávila que envolvessem em alguma medida a interferência da Corte, dependia das conexões e do prestígio do Visconde de Pelotas.¹³

A eficácia da mediação estava condicionada a uma série de outros fatores, como o que estava sendo mediado, quais os mecanismos que o mediador dispunha naquele momento para alcançar seus objetivos,

bem como sua posição na hierarquia social e/ou nas estruturas formais de poder. Houve casos em que as possibilidades de ação de Ávila eram extremamente restritas, como quando pediu a Pelotas que entregasse os papéis da exoneração de um Coronel ao Ministro da Justiça e sugeriu “nessa ocasião em que o governo deve galardoar o velho servidor da pátria e do partido liberal com algum título ou condecoração, [...] que muito satisfará ao nosso velho amigo e companheiro” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 07.11.1880).

Algumas vezes d’Ávila clamava ao Ministro da Guerra que se pronunciasse em favor dele e da província diante de Ministros de outras pastas. Em sete de novembro de 1880, por exemplo, d’Ávila escrevia ao Visconde Pelotas para que interviesse junto ao Ministro da Fazenda, para que fosse atendido ao pedido

[...] da Viúva Claussen, [...] importantes comerciantes dessa província pedindo isenções de direitos para carne que querem exportar para Europa, fabricada por um processo especial no estabelecimento que possuem na Cachoeira[...] peço a valiosa intervenção de V. Ex^a nesse assunto perante o Senhor Ministro da Fazenda para ser concedida essa dispensa de direitos até o começo da nossa safra de gados. (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 07.11.1880).

Além do estabelecimento de charqueada que possuíam em Cachoeira, Viúva Claussen & Cia eram destacados comerciantes no mercado de carnes da província. Essa foi apenas uma das ocasiões em que Ávila

¹²Vargas pontuou que entre 1878 e 1889 o Rio Grande do Sul “deixava de ser uma província sem representantes na elite dirigente”, uma vez que teve “mais que o dobro de ministros que em todas as décadas anteriores somadas” (VARGAS, 2010, p. 11).

¹³Não se deve desprezar a relevância dessa relação, dado o papel de destaque que o Visconde desfrutava naquele momento na política imperial. Além do convívio dos espaços formais da política, os membros da elite política imperial encontravam-se em bailes, cafés e hotéis que todos frequentavam, onde a “vida social misturava-se à política” (MARTINS, 2007, p. 168). Nas cartas enviadas à sua esposa, Câmara descrevia a quantidade de visitas que recebia, bem como a necessidade de retribuí-las “Fui ao Senado um pouco mais tarde porque visitei o Ministro da Justiça, que veio ver-me logo que cheguei” (CÂMARA, 1979, p. 23. Carta do Visconde de Pelotas enviada a Maria Rita. Rio de Janeiro. 18.06.1884). Para uma análise do papel de Correia da Câmara como mediador político ver: VARGAS, 2010.

atuou no sentido de proteger os interesses dos charqueadores, que foram “os proprietários mais ricos do Rio Grande do Sul no século XIX” (VARGAS, 2013, p. 18), constituindo-se em um grupo poderoso econômica e politicamente, não apenas por contar com representantes na Assembleia Provincial, mas também por serem responsáveis por boa parte da riqueza da província, os charqueadores tornaram-se um grupo que não podia ter seus anseios esquecidos.

Além disso, Ávila nutria laços de amizade com alguns charqueadores, como João Teodósio Gonçalves. Em novembro de 1880, escrevia a Correia da Câmara explicando que iria

[...] encarregar da compra de garanhões em Buenos Aires ao meu particular amigo o senhor João Teodosio Gonçalves, charqueador em Pelotas, [...] que já foi a Europa comprar cavalos de raça, prestam-se a ir a Buenos Aires escolher nas crias que lá existem bons garanhões, só recebendo do Estado o valor das passagens (IHGRS, Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. 03.11.1880).

Nesse momento, cabe apontar que o sogro de um compadre de Ávila foi proprietário de um estabelecimento de charqueada em Pelotas¹⁴. Ou seja, seria um equívoco presumir que por estarem distantes as elites de diferentes localidades estavam isoladas umas das outras e tinham, necessariamente, interesses excludentes. Conectava-as laços familiares, espirituais (no caso dos compadres), de amizade e mesmo comerciais.

Analisando o teor das correspondências, também é possível refletir sobre o caráter dinâmico do clientelismo, pois, ao mesmo tempo em que Henrique

d'Ávila ocupava a posição de cliente em relação ao Visconde de Pelotas, ele exercia a função de patrão de diversos indivíduos. De acordo com Graham, “O poder fluía simultaneamente de cima para baixo, do Gabinete e através do presidente provincial, e de baixo para cima, dos mandachucas locais, ao presidente e até o Gabinete, em redemoinhos e espirais que desafiam um simples resumo” (GRAHAM, 1997, p. 198). Entendemos, portanto, que o clientelismo não pode ser encarado como um conceito estático, em que os papéis de cliente e patrão são imutáveis e ainda a existência do fenômeno seja permanente, independente das condições conjunturais. As relações patrão-cliente podem não se perpetuar por diversas razões, como a impossibilidade de um patrão garantir recursos aos seus clientes em longo prazo, bem como podem não ser constantes, sendo acionadas apenas poucas vezes durante a vida dos indivíduos (LANDÉ, 1977).

Embora as solicitações derivassem da província, as demandas partiam também do governo central. Em 1880 as discussões sobre um projeto de reforma eleitoral tomavam conta do parlamento. Nesse contexto, o então Ministro da Justiça, Manuel Souza Dantas, requereu, via Visconde de Pelotas, que o presidente do Rio Grande do Sul executasse com urgência uma nova divisão dos distritos eleitorais:

A última carta de V. Ex.^a acompanhou uma nota do Senhor Ministro da Justiça, em que dizia que de mim exigisse um projeto de divisão da província em 6 distritos eleitorais, respeitando a integridade do território, contiguidade dos municípios e recenseamento da população, o mais possível, devendo esse trabalho achar-se aí até 15 ou 20 do mês corrente

¹⁴Tratava-se de Francisco José Gonçalves, um dos homens mais ricos de Jaguarão e sogro do Comendador João Rodrigues Barbosa. O comendador era compadre e amigo próximo de Henrique d'Ávila (BOTH, 2017, p. 101).

[...] envio a V. Ex.^a o projeto de divisão de círculos que elaborei de combinação com as pessoas mais competentes, e de acordo com as influencias do Partido Liberal. Creio que esse projeto consulta todos os interesses e pelo menos na atualidade é o que melhor satisfaz as aspirações dos nossos homens políticos (IHGRS, Carta de Henrique d'Ávila a Visconde de Pelotas. 04.10.1880).

Note-se que, nesse contexto, a solicitação de Souza Dantas não tinha o caráter de favor, pois referia-se a uma responsabilidade do cargo de presidente de província. Em que aspecto residia então a mediação de Henrique d'Ávila nesse caso? As eleições sob a nova legislação ocorreram pela primeira vez apenas em outubro de 1881, mas as discussões acerca do projeto de lei estavam ocorrendo desde 1878, motivadas, dentre outros fatores, pelo desejo do governo de acabar com as fraudes que permeavam o processo eleitoral.

Apesar de toda polêmica acerca de qual seria o melhor caminho a ser seguido, o resultado dessas discussões foi materializado na Lei Saraiva, que, através da exclusão do primeiro turno, no qual participavam os votantes¹⁵, do enrijecimento das formas para comprovação das exigências para ser eleitor e da inclusão dos magistrados como protagonistas do processo eleitoral visava a burocratizar os pleitos, uma vez que os juízes eram ligados diretamente ao governo central, por serem nomeados pelo Ministro da Justiça, e seriam, supostamente, isentos das influências locais (VARGAS, 2010, p. 164).

No entanto, como fica claro nas declarações de Ávila, os preparativos da primeira eleição que ocorreria sob a nova legislação não foram guiados exclusivamen-

te pelos interesses do governo, mesmo sendo o presidente da província parte da burocracia estatal, mas sim ajustados aos interesses do partido liberal e dos demais “homens políticos da província”. Não é possível pensar os integrantes da burocracia, da magistratura e da política, ou qualquer ator histórico, como desvinculados da sociedade e desprovidos de interesses a defender.

O avanço da burocracia se conjugou e se adaptou a uma estruturação da vida já consolidada e alicerçada sobre as relações pessoais existentes. Esses movimentos, portanto, não foram contrários na maneira como se desenvolveram na prática cotidiana (FARINATTI; VARGAS, 2014). Isso foi possível porque o Estado e suas estruturas não foram impostos à sociedade, tampouco sufocaram as elites provinciais e locais, mas foram construídas e operadas a partir da cooperação delas. Contudo, esse processo precisou ser negociado entre as partes envolvidas e os mediadores operavam essa negociação. Em suma, o mediador ditava o ritmo e a forma pelas quais as ações do Estado chegariam às localidades.

Nesse caso também foi possível perceber como os centros e periferias entre os quais um indivíduo executava a mediação podiam variar, sendo que alguns poderiam atuar como mediadores entre todas as esferas de poder, ou ainda apenas entre esferas locais (municípios-municípios), ou local e regional. Nesse sentido, como destacou Patrícia Genovez, em territórios extensos, onde existe mais de um centro, há espaço para mediadores atuarem em diferentes níveis (GENOVEZ, 2003). Ou seja, ainda que Correia da Câmara tenha sido procurado para intervir na comunidade, realizando a mediação entre a Corte e a província, seu objetivo apenas foi al-

¹⁵Segundo Carvalho “A participação ampliada, sobretudo do analfabeto, era considerada uma das principais causas da corrupção eleitoral, pois, alegava-se, faltava a essa população condições de entendimento e de independência para exercer adequadamente a função do voto, resultando daí a manipulação”. Mas houve vozes discordantes, como a de Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho, que atribuíam a corrupção às “classes superiores”. Apesar das discordâncias, o projeto que foi aprovado incluía a eleição direta e a exclusão dos analfabetos, o que acabava por alijar do processo eleitoral a maioria dos homens livres pobres que antes participavam dele. (CARVALHO, 2003, p. 395-396).

cançando quando solicitou a cooperação de Ávila, que operou a mediação.

O peso das origens: o conhecimento da fronteira como recurso para mediação

Por fim, é preciso mencionar como a origem em uma elite fronteiriça foi um elemento importante na forma como Ávila desempenhou a função de mediador em algumas circunstâncias. O governo imperial nutria grande interesse em saber o que se passava nas fronteiras do Rio Grande do Sul, o que era potencializado pelo recente envolvimento do Império em um conflito bélico com as repúblicas da região do Prata. Nesse sentido, Ávila monitorava com atenção as atividades nos países vizinhos à província do Rio Grande e prestava contas sobre o estado das coisas na fronteira ao amigo Visconde de Pelotas, que tinha especial interesse por essas informações por ocupar o Ministério da Guerra. Assim, em novembro de 1880, Ávila descrevia a situação alegando que na fronteira nada havia de novo “e tudo marcha regularmente quer nesta província, quer no Estado Oriental. Em Corrientes, os nossos patrícios ali residentes sofrem violência porque naquele país reina a completa anarquia. Já participei esta ocorrência ao Ministro dos Estrangeiros” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 12.11.1880).

Havia igualmente a preocupação recorrente em preencher os postos da fronteira com pessoas de confiança. Tal situação era verificada em relação aos cargos militares, como quando o Presidente da Província pediu que fosse prolongada a permanência do Major Bernardino Rodrigues Mesquita “enquanto durasse o estado de agitação em que se conserva a República vizinha” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 21.10.1880), mas também no desempenho das tarefas ligadas ao comando de outras pessoas, tais como o comando da Guarda Nacional ou ainda a de

delegado de polícia. Nesses casos, havia outro fator imprescindível, qual seja, a capacidade de arregimentar homens no caso de disputas ou conflitos.

À vista disso, Ávila pedia a remoção de Cipriano do posto de Comandante de Polícia, alegando que ele apenas foi nomeado “para dar caça a quatro bandidos que percorrem a fronteira, e logo que tivesse realizado essa missão seria demitido a seu pedido, como estava convencionado”, mas que não tinha condições de permanecer como comandante uma vez que não tinha “moralidade, nem aptidões intelectuais para isso”, tampouco “elementos de espécie alguma para levantar, sequer, um bando de aventureiros”, de modo que só poderia nas questões do Estado Oriental “só poderia influir como simples soldado e em caso algum como chefe” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 04.10.1880).

Os interesses em garantir a segurança da fronteira com o Uruguai não tinham apenas a finalidade de manter estáveis as fronteiras políticas do Império. A presença dos moradores de Jaguarão em terras uruguaias foi bastante significativa ao longo de todo o século XIX e a elite do município possuía muitas propriedades no país vizinho (BOTH, 2017). Henrique d’Ávila era um desses proprietários que, em 1879, firmou uma sociedade para o pastoreio e criação de gado com Valentim Leal, morador do Estado Oriental do Uruguai, na sua estância de nome Santa Bárbara, situada naquele país. Diante desse quadro, não é de se estranhar que o tema da fronteira com Jaguarão estivesse envolvido em preocupações extensamente desenvolvidas por Ávila.

Nesse sentido, Ávila falava sobre os possíveis prejuízos para o Império caso Lopes Neto continuasse encarregado das relações exteriores com o Estado Oriental. Isso porque o Coronel Lorenzo Latorre, que havia governado o Uruguai desde 1876 até 1880, encontrava-se refugiado no Rio Grande do Sul. As autoridades bra-

sileiras temiam que Latorre estivesse reunindo aliados com a finalidade de derrubar o governo uruguaio, subindo novamente ao poder, provocando agitações na fronteira e colocando em risco a estabilidade do Império. Contudo, Ávila ponderou que

O Coronel Latorre não quer [ilegível] de seu país, e espera voltar ao poder pelos meios legais. Deu-me sua palavra de honra nesse sentido, e eu o deixei em Jaguarão, onde está em sua família constituída por seus filhos menores de seis anos e sua senhora. Ele está pobre e só ali, onde conta grande número de amigos e pode encontrar recursos para libertar-se das necessidades. Tenho toda a fronteira sujeita à rigorosa vigilância e ao primeiro movimento que Latorre ou outro qualquer faça no sentido de perturbar a paz do país vizinho, serão pegos e remetidos para esta capital [...] Não conhece Lopes Neto e por isso não sabe que quem mais perde com as revoluções do Estado Oriental somos nós, os rio-grandenses, não só porque perdemos grandes fortunas que ali possuímos, como porque nossa principal indústria, a da carne salgada, tira do Estado Oriental dois terços de sua matéria prima, os gados. E por isso a pobreza do Estado Oriental é a nossa pobreza. [...] Rogo a V. Ex^a. que intervenha para com o Presidente do Conselho explicando-lhe tudo, a fim de que se convença que o verdadeiro árbitro sobre o procedimento que aqui deve ter-se o Coronel Latorre deve ser o presidente da província que está no teatro dos acontecimentos. Confie em mim, que não deixarei mal o meu governo” (IHGRS, Carta de Henrique d’Ávila a Visconde de Pelotas. 13.10.1880).

Os conhecimentos da vida na fronteira, bem como a familiaridade com o chefe uruguaio foram utilizados estrategicamente por Ávila de modo a promovê-lo à condição de pessoa mais apta para administrar a situação gerada com a estadia de Latorre na província. Estar no controle da situação trazia mais poder a Henrique

d’Ávila e, simultaneamente, deixava-o no comando de assuntos de seu interesse. Ao mesmo tempo, a missiva deixa claro que apenas ele é capaz de manter a situação sob controle, uma vez que já havia conversado com Latorre e era ele que mantinha a fronteira sob “rigorosa vigilância” e, portanto, segura. Ademais, Ávila tentou demonstrar que sua relação com Latorre inspirava confiança, indicando um vínculo prévio. A informação era um bem valorizado não apenas quando transmitido, mas também para ser utilizado como um recurso político do qual se dispunha.

Nesta rede de relacionamentos, que envolvia pessoas de Jaguarão e outras localidades da província e agentes políticos que faziam parte da elite política provincial e imperial, Henrique d’Ávila não era a figura principal, nem aquela que desfrutava de maior autoridade. Contudo, desempenhava um papel fundamental ao conectar pessoas que, sem ele, possivelmente atuariam de formas independentes. Tal fenômeno foi descrito por Ceballos, referindo-se às redes governativas que existiam no Estado português. O autor destacou a importância desses indivíduos que detinham o conhecimento alargado dos integrantes de uma determinada rede, bem como de seus interesses, motivo pelo qual agiam “fazendo o contato com as partes interessadas para criar prestígio político e ter maior poder pessoal” (CEBALLOS, 2010, p. 14). Nesse sentido, José Mateo afirma que

[...] el broker debe ser hábil para interceder, y sobre todo para conectarse con otros brokers, patrones y clientes que puedan efectivizar sus mensajes [...] debe asegurarse de la respuesta; si su intervención no es efectiva, su crédito disminuye. Si aumenta su crédito, aumenta su capacidad de manipulación de mensajes y de personas endeudadas com él (MATEO, 2001, p. 45).¹⁶

¹⁶ “[...] o mediador deve ser hábil para interceder, e sobretudo conectar-se com outros mediadores, patrões e clientes que possam efetivar suas mensagens [...] deve assegurar-se da resposta; se sua intervenção não é efetiva, seu crédito diminui. Se aumenta seu crédito, aumenta sua capacidade de manipulação de mensagens e de pessoas em dívida com ele”. Tradução nossa.

A efetividade da atuação dos mediadores estava relacionada a uma série de elementos, como se estivessem ocupando cargos políticos, a amplitude das suas redes de relacionamento, a posição das pessoas com as quais se relacionavam, as informações de que dispunham. Em suma, dependiam tanto dos seus atributos, como dos objetivos envolvidos.

Ao ocupar cargos de nível regional ou nacional, o mediador encontrava a necessidade de mediar questões que eram paralelas ou iam além dos interesses exclusivos da elite da qual era oriundo. Importava agradar aos amigos e aliados, fossem eles lideranças provinciais de grande influência ou antigos amigos que mereciam ser recompensados. Ser procurado por pessoas poderosas da província e/ou por chefes de diferentes localidades colocava esses homens na posição de integrantes da

elite política regional. Esse fato não anulava suas posições como elites locais, tampouco seus vínculos com a elite de sua localidade. Ao contrário, colocava-os em posição de atuar com maior efetividade no sentido de conquistar benefícios para a elite local da qual faziam parte. Assim, não apenas a elite política regional estava vinculada às elites locais como, com frequência, eram constituídas pelas mesmas pessoas ou famílias, indicando que a estrutura do Estado não funcionava a despeito das demandas das elites locais e regionais. Ao contrário, o caminho mais comumente percorrido entre o centro e as localidades foi o da negociação. Isso não implica dizer que as elites locais dispunham de poder para mudar os rumos do Estado, mas que encontraram mecanismos para condicionar a ação deste, ao mesmo tempo em que conferiam as condições à existência dele como autoridade legítima.

Fontes publicadas

OSÓRIO, Luís Joaquim e OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Pelotas: Typografia do Diário Popular, 2º volume, 1915.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de discursos parlamentares da Assembleia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835-1889*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, v. 2, 1998.

Fontes primárias

IHGRS. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Arquivo pessoal de José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas). Correspondências recebidas 1880-1881.

Bibliografia

BOTH, Amanda Chiamenti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o estado imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Pontos e Bordados*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 130-153.

CEBALLOS, Rodrigo. Centro e Autoridades Locais: novas leituras para o Brasil colonial. *Mnemosine Revista*, v. 01, 2010, p. 14.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FARINATTI, Luís Augusto. VARGAS, Jonas. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: Alexandre Mansur Barata; Maria Fernanda Vieira Martins; Silvana Mota Barbosa. (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. 1.ed. Juiz de Fora: UFJF, 2014, p. 225-256.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2003.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

IMIZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes Familiares em la Monarquia y patronazgo em la aldeã: já hegemonia de lãs baztanesas en el siglo XVIII. In: *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

LANDÉ, Carl H. “A Base Diádica do Clientelismo”. In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977 (versão traduzida e datilografada em português).

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007

MARTINS, Maria Fernanda. Das racionalidades da história: o Império do Brasil em perspectiva teórica. *Almanack*, n. 4, 2º sem. 2012, p. 53-61.

MATEO, José. *Población, parentesco y red social en la frontera: Lobos (província de Buenos Aires) em siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar Del Plata, 2001.

MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval: descrição física e histórica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Caxias do Sul: UCS/ Herval: Prefeitura Municipal de Herval, 1980. p.358.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationship in central Italy. In: SCHIMIT, S. W. (Ed.) *Friends, followers and faction: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California, 1977

VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

VARGAS, Jonas. “Entre Jaguarão e Tacuarembó”: Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870). *ESTUDIOS HISTORICOS* - Año V - Diciembre 2013 - N° 11

VELLASCO, Ivan de Andrade. O labirinto das ocupações: uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. *Varia História*, Minas Gerais, n° 32, 2004, p. 190-210.

Submissão: 01/11/2018

Aceite: 07/03/2019